

## 1. ENQUADRAMENTO E ÂMBITO

Dar a conhecer os domínios específicos da política energética nacional e o seu enquadramento com os objectivos gerais da política energética da UE.

De acordo com os órgãos decisórios a nível comunitário, a política energética deve integrar-se nos objectivos gerais da política económica da Comunidade, mormente, a integração do mercado, a desregulamentação, a restrição da intervenção pública ao mínimo indispensável para efeitos de salvaguarda do interesse e do bem-estar públicos, o desenvolvimento sustentável, a defesa do consumidor e a coesão económica e social. Para além destes aspectos de ordem geral, são ainda objectivos especiais da UE prosseguir com uma política energética que vise lograr um equilíbrio neste sector entre competitividade, segurança de aprovisionamento e protecção ambiental.

### 1.1 Aspectos sectoriais da política energética da UE

Os objectivos da política energética da UE consistem na substituição do petróleo por outros combustíveis, fomentando o consumo de carvão e o aumento da competitividade das capacidades de produção internas, com o propósito de alcançar um crescimento significativo do consumo de combustíveis sólidos. Mas a prossecução destes objectivos encoraja também a prospecção e a exploração de hidrocarbonetos no território da UE, devendo a segurança do abastecimento ser promovida através da diversificação das fontes (os Estados-Membros deverão dispor de reservas dos principais produtos petrolíferos em quantidade equivalente a 90 dias de consumo em igual período do ano anterior).

Nos objectivos da política energética da UE continua a reconhecer-se a importância primordial da energia nuclear. Todavia, reconhece-se ainda hoje alguma

incapacidade a nível comunitário em termos de protecção e segurança desta fonte energética; com efeito, não existem normas comuns para a segurança e as emissões; não existe qualquer processo de consulta comunitário relativo às centrais nucleares fronteiriças; não existem disposições comunitárias claras aplicáveis ao acondicionamento e transporte de combustíveis nucleares ou de resíduos nucleares; há dificuldades na definição de normas básicas de protecção contra radiações; não existe um sistema eficaz de informação e verificação de âmbito comunitário para a eventualidade de acidentes nucleares; não existem planos concertados em caso de catástrofe, etc.

### 1.2 Energias renováveis

Apesar das meritorias iniciativas conduzidas pela UE, em estreita cooperação internacional, tendo como objectivo a redução do efeito de estufa, continuamos ainda hoje longe de obter resultados satisfatórios. O compromisso da UE neste domínio, de reduzir em 8% até ao período 2008-2012 as emissões de CO<sub>2</sub> em relação a 1990, está longe de ser atingido. Neste contexto, a promoção das energias renováveis constitui um dos principais objectivos da política energética da Comunidade. A quota-parte destas energias renováveis no consumo energético global deverá registar um aumento acentuado, pretendendo-se que representem, no ano 2010, 15% em relação ao consumo total de energia.

### 1.3 Mercado interno

A realização do mercado interno exige também, ainda no domínio da energia, o desmantelamento de diversas restrições e entraves comerciais, a harmonização das políticas fiscais e de preços, das normas e padrões e das exigências no que respeita ao meio ambiente e à segurança.

### 1.4 Princípios e objectivos da política energética nacional

As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia procuram visar os seguintes objectivos:

- preservar o interesse nacional;
- promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;
- proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;
- garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional;
- incrementar, em bases económicas, a utilização do gás natural;
- identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia eléctrica nas diversas regiões do País;
- utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento económico dos recursos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- promover a livre concorrência;
- atrair investimentos na produção de energia;
- ampliar a competitividade do País no mercado internacional; e,
- incrementar, em bases económicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

Neste amplo contexto, importa avaliar até que ponto Portugal tem adoptado as medidas adequadas e possui já hoje a capacidade instalada e os instrumentos específicos necessários para satisfazer os consumos internos e os compromissos internacionais a que está necessariamente obrigado.

## 2. LOCAL E DATA

O colóquio sobre “Os aproveitamentos Energéticos e a Sustentabilidade Ambiental” decorrerá no Auditório Laginha Serafim do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, pólo II da Universidade, no dia 10 de Fevereiro de 2006.

## 3. ORGANIZAÇÃO

Este colóquio é organizado conjuntamente pela FCTUC – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, através do seu Departamento de Engenharia Civil, e pela APRH – Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, através do seu Núcleo Regional do Centro.

## 4. COORDENAÇÃO

- **José Simão Antunes do Carmo**  
(Coordenador dos Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Engenharia do Ambiente da FCTUC)
- **José Alfeu Sá Marques**  
(Presidente do Núcleo Regional do Centro da APRH)

## 5. PROGRAMA

### Período da manhã

- 10:00 - Sessão de Abertura
  - **Doutor João Gabriel Silva**  
(Professor Catedrático da FCTUC; Presidente do Conselho Directivo da FCTUC)
  - **Doutor Luís Simões da Silva**  
(Professor Catedrático da FCTUC; Presidente do Conselho de Departamento do DEC)
  - **Doutor José Simão Antunes do Carmo**  
(Professor Associado da FCTUC)
  - **Doutor José Alfeu Sá Marques**  
(Professor Auxiliar da FCTUC)

### 10:30-12:30 - *Palestras*

- 10:30 – “Política Energética Nacional”
  - **Engenheiro José Penedos**  
(Presidente da Rede Eléctrica Nacional)
- 11:30 – “Contribuição das energias renováveis para a sustentabilidade ambiental”
  - **Doutor Aníbal Traça de Almeida**  
(Professor Catedrático da FCTUC)

12:30 - Intervalo para Almoço

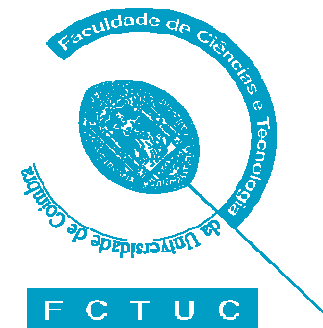
### Período da tarde

### 14:30-16:30 - *Palestras*

- 14:30 – “Desenvolvimento das energias renováveis em Portugal”
  - **Engenheiro António Eira Leitão**  
(Presidente da HIDROERG)
- 15:30 – “O conceito de risco associado aos aproveitamentos energéticos”
  - **Doutor António Betâmio de Almeida**  
(Professor Catedrático do IST-UTL)

## 6. INFORMAÇÕES

Para informações complementares contactar:  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
a/c Dra. Teresa Cordeiro  
Pólo II da Universidade  
3030-290 Coimbra  
Tel: 239 797 115  
Fax: 239 797 123  
E\_mail: [teresa@dec.uc.pt](mailto:teresa@dec.uc.pt)



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL



APRH ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

## COLÓQUIO

sobre

## ***Os Aproveitamentos Energéticos e a Sustentabilidade Ambiental***

ENTRADA LIVRE

Coimbra - Pólo II

Departamento de Engenharia Civil  
Auditório Laginha Serafim

**10 de Fevereiro de 2006**